

planeta
natureza
competitividade
investimentos
ODS
desenvolvimento
saúde
reciclar
inovação
clima
empregos
smart eco
energia
bio eficiência
tecnologia
inclusão
preservar
água
vida

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de *Big Push* Ambiental para a sustentabilidade no Brasil

Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida, Gabriela Perin,
Mariana Aquilante Policarpo e Regina Helena Sambuichi

Cobertura geográfica: Nacional

Setor: Agricultura e uso do solo

Tipo de medida: Política pública



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Esse estudo de caso faz parte do Repositório de casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil, desenvolvido pelo Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.

Acesse o repositório em: <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

Os direitos autorais pertencem à CEPAL, Nações Unidas. A autorização para reproduzir ou traduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à CEPAL, Divisão de Publicações e Serviços Web: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados-Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

A imagem da capa foi gerada com o Wordclouds.com.

As opiniões expressadas nesse documento, que não foi submetido à revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade dos autores e das autoras e podem não coincidir com a posição da CEPAL ou das instituições em que estão filiados.

Os autores e as autoras são responsáveis pelo conteúdo e pela exatidão das referências mencionadas e dos dados apresentados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de *Big Push* Ambiental para a sustentabilidade no Brasil

Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida¹, Gabriela Perin¹, Mariana Aquilante Policarpo¹ e
Regina Helena Sambuichi¹

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública de incentivo à agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Por apresentar ações que impulsionam a economia local visando inclusive a proteção do meio ambiente, este programa pode ser considerado um caso de *Big Push* para a sustentabilidade no Brasil. Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar o PAA na perspectiva do *Big Push* Ambiental. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura que levantou estudos empíricos que abordaram as dimensões econômicas, sociais e ambientais do PAA. Como resultado, constatou-se que o programa tem sido capaz de promover ao mesmo tempo a valorização da agricultura familiar, inclusão social, incentivo às práticas sustentáveis, segurança alimentar e nutricional e dinamização da economia no contexto local. Também minimiza os efeitos dos padrões convencionais de produção e mercado na medida em que tenta mitigar as assimetrias de renda e reduzir os contextos de vulnerabilidade dos seus beneficiários.

A. Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública do Governo Federal que apresenta como focos centrais o incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional (Insan), atuando também na inclusão produtiva rural de famílias em condição mais vulnerável do ponto

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

de vista econômico e social (Brasil, 2003). O PAA foi criado pela Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, sendo regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Atualmente, o programa opera em seis modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS), Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. A principal delas, a CDS, compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os transfere para a população atendida pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (EPSANs), pela rede pública e/ou filantrópica de ensino e às pessoas em situação de Insan (Brasil, 2003).

O objetivo desta pesquisa foi analisar o PAA como um caso de Big Push Ambiental no Brasil, na perspectiva do conceito desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (CEPAL/FES, 2019). Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura para identificar estudos que mostrassem os efeitos do programa no nível local e regional. Estes trabalhos foram analisados com a finalidade de levantar indicadores de avaliação do programa na promoção do desenvolvimento local sustentável e no combate às desigualdades sociais e regionais, considerando as dimensões econômica, social e ambiental.

No período de maio/2019 a julho/2019 foi feito o levantamento dos estudos empíricos publicados que analisaram os resultados e impactos do PAA no território. Foram considerados os artigos científicos, livros e/ou capítulos de livros que ou fizeram uma avaliação do programa ou analisaram o seu processo de implementação em contextos/regiões específicos.

A busca teve como termos indexadores “Programa de Aquisição de Alimentos” e “PAA”, cujos descritores foram aplicados instantaneamente ou de modo isolado nos títulos, resumos e assuntos. A pesquisa foi realizada nas seguintes fontes: bases de artigos acadêmicos; anais de eventos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER); relatórios, livros e/ou capítulos de livros publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)², Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e busca reversa. Mais detalhes sobre a metodologia aplicada no levantamento dos dados e as categorias utilizadas na análise estão apresentados no Anexo A deste trabalho.

Utilizou-se também levantamento de dados secundários nos registros administrativos de compras disponibilizados pela Conab e pelo Ministério da Cidadania para o período de 2003 a 2018. Os valores de compras apresentados neste trabalho sofreram correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e atualização para 2018, usando o índice do mês de dezembro para atualizar os valores de cada ano.

B. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA é resultado da convergência de três debates relevantes para o Brasil e que ganharam força nas décadas de 1980 e 1990: a segurança alimentar e nutricional (SAN), a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar e a redução da pobreza (Brasil, 2003).

Para isso, o programa constituiu duas ferramentas importantes. A primeira é a construção de um canal de comercialização, por meio da compra direta de produtos de agricultores familiares (ou de organizações) com dispensa de licitação. A segunda é a promoção da segurança alimentar e nutricional através de doações desses alimentos às organizações e pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social e alimentar (Brasil, 2003).

Além disso, o PAA vem promovendo, ao longo dos anos, a articulação e integração de ações entre as instituições do poder público nas diferentes instâncias federativas, e deste com a sociedade civil

² Atual Ministério da Cidadania.

³ Atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA (SAF/MAPA).

organizada, formando também relações de reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento e em torno do programa (Froehlich & Schneider, 2013).

Ao integrar as políticas de segurança alimentar e nutricional e agrícola por meio de concepções intersetoriais, o PAA converge as temáticas da necessidade de se criar condições de acesso regular aos alimentos saudáveis e as demandas de mercado. Desta forma, o programa constrói um canal de comercialização e promove inclusão no campo a partir do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando ao mesmo tempo acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias à população em situação de Insan (Grisa, Schmitt, Maluf, & Leite, 2010).

O Decreto nº 7.775/2012, que regulamenta o PAA, definiu nove finalidades para o programa (Box 1). Observa-se que estas finalidades abrangem as dimensões econômica, social e ambiental e dão ao PAA um caráter de política voltada ao desenvolvimento sustentável em uma perspectiva aderente aos princípios teóricos do Big Push. Para atingir os seus objetivos, o programa busca investir em ações capazes de conduzir ao crescimento econômico local, à geração de renda, à melhoria nas condições de vida da população, o combate às desigualdades e a redução do impacto ambiental na produção agrícola. O PAA apresenta também critérios de priorização para agricultores de baixa renda, mulheres, produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

Box 1

Finalidades do PAA estabelecidas no Decreto nº 7.775/2012

1. Incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda.
2. Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.
3. Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.
4. Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos.
5. Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares.
6. Apoiar a formação de estoques por cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar.
7. Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.
8. Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.
9. Estimular o cooperativismo e o associativismo.

Fonte: Sambuichi et al. (2019), adaptado de Brasil (2012).

Desde a sua implementação, o programa vem sendo objeto de diversas pesquisas empíricas que contemplam a avaliação dos seus resultados e/ou a descrição do processo de implementação e suas influências e impactos em regiões e contextos específicos. A análise dos resultados dessas pesquisas pode gerar indícios para avaliar em que medida o programa está conseguindo atingir os seus objetivos relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável.

C. A análise do PAA em três dimensões: econômica, social e ambiental

A literatura examinada apontou impactos do ponto de vista econômico, social e ambiental no contexto de implementação do PAA. Foram encontrados e analisados 105 estudos, cuja relação completa está apresentada nos Anexos B e C. Apresenta-se na sequência os elementos de análise usados como indicadores para cada dimensão e o número de estudos que observaram evidências desses indicadores de impactos do programa. Ressalta-se, porém, que esse quantitativo não reflete diretamente em maior ou menor impacto do programa para a dimensão analisada, mas, apenas quantifica o número de casos de realidades empíricas estudadas onde foram evidenciados esses impactos do PAA. Não significa também que, nas realidades estudadas onde esses impactos não foram identificados, eles não possam ter ocorrido, pois cada estudo teve a sua metodologia e o seu objetivo próprio.

Do ponto de vista econômico existem três elementos observados nos estudos sobre o PAA: dinamização da economia local, melhoria na qualidade de produtos e acesso a novos mercados. O Quadro 1 apresenta o número de trabalhos que evidenciaram os indicadores de impacto e seus respectivos elementos de análise.

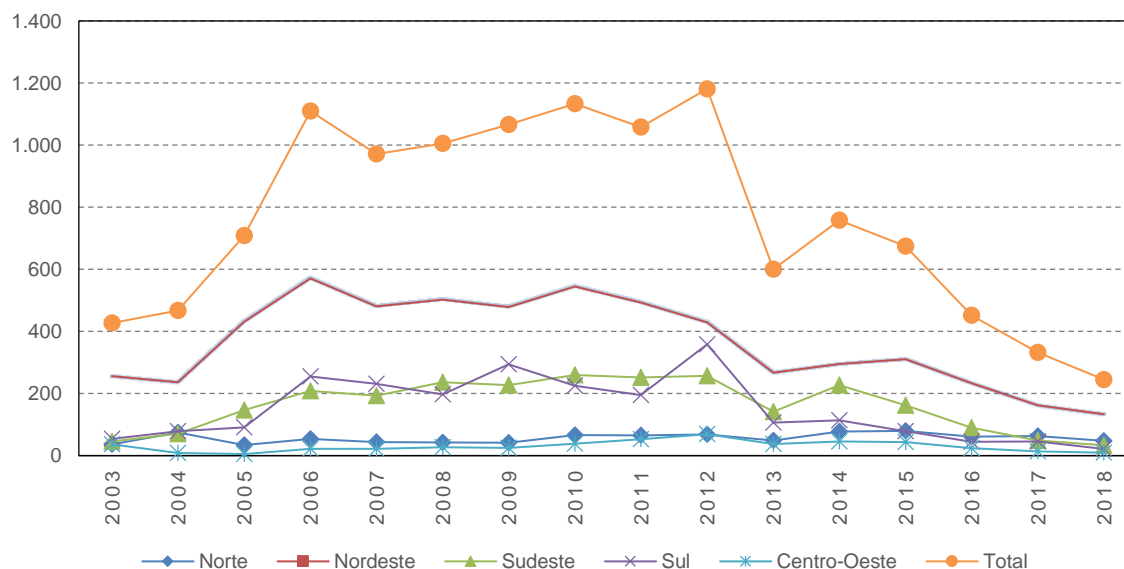
Quadro 1
Número de estudos que evidenciaram a ocorrência de cada elemento de análise da dimensão econômica

Dimensão	Indicadores de impacto	Elementos de análise	Nº de estudos
Econômica	Aumento do PIB	Dinamização da economia local	21
	Melhoria da qualidade de produtos	Melhoria da qualidade de produtos	23
	Conquista de novos mercados	Acesso a novos mercados	15

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Ao longo dos anos, o Governo Federal aplicou no PAA cerca de R\$ 12 bilhões⁴ em compras (Gráfico 1) (Sambuichi et al., 2019). Esses aportes externos de recursos são capazes de promover o fortalecimento e dinamização da economia local, fortalecimento das organizações, permitindo a estruturação das cadeias produtivas e acesso a novos mercados (Almeida, Ferrante, & Paulillo, 2010; Grisa et al., 2010).

Gráfico 1
Montante de recursos investidos pelo Governo Federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e grandes regiões (2003-2018)
Em milhões de reais



Fonte: Sambuichi et al., (2019)

Nota: valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo INPC.

⁴ Não estão incluídos os valores aplicados na modalidade compras institucionais, pois opera com recursos próprios dos entes interessados e para o qual não há dados disponíveis ainda (Sambuichi et al., 2019). Entretanto, constata-se que, devido à diminuição da aplicação dos recursos, nos últimos anos o Ministério da Cidadania está incentivando essa modalidade através de materiais informativos e campanhas de divulgação, buscando maior aproximação entre os entes interessados e agricultores.

É possível verificar no Gráfico 1 a diminuição da quantidade total de investimentos a partir de 2013, e de modo mais incisivo em 2015. O ano de 2018 foi o que menos recebeu recursos, em torno de R\$ 253 milhões. Isso se deu devido aos cortes⁵ orçamentários feitos em determinados programas sociais e que podem ter impactos negativos do ponto de vista econômico, já que em um estudo realizado por Dias e Rocha (2015) em 84 municípios do Rio Grande do Norte apontou que o Governo Federal, ao aumentar as compras de produtos das cooperativas e associações da agricultura familiar em 1%, provocou um crescimento do PIB per capita de aproximadamente 0,062%. Eles concluíram ainda que diante da complexidade dos elementos que corroboram para o crescimento do PIB per capita, a variável “compras federais” tem forte influência no crescimento do PIB per capita em municípios atendidos pelo PAA.

Santos, Soares e Benavides (2015) analisaram a quantidade mensal de produtos vendidos antes e depois do PAA, além do preço médio dos produtos e a receita média dos agricultores do município de Ibicaraí/BA. Os autores constataram que houve acréscimo na quantidade da venda na maioria dos produtos e uma elevação nos preços médios vendidos ao PAA, pois ele impactou diretamente na recuperação de preços regionais. Por consequência, houve um efeito positivo na receita média, lucro líquido, investimentos totais dos agricultores e tempo de retorno do capital. A rentabilidade, indicador que mais sofreu impacto, nos anos 2009 e 2010, aumentou em 395,9%, fato explicado pela melhoria nos preços e pelo aumento da quantidade vendida.

O programa tem influenciado também na melhoria da qualidade dos produtos ofertados, tanto do ponto de vista nutricional, quanto no aspecto e apresentação do produto. Ao se inserir no PAA, o agricultor passa a receber suporte técnico na produção para que atenda as necessidades e critérios do programa e na medida em que os produtos da agricultura familiar vão tendo melhorias qualitativas e quantitativas, eles vão se inserindo em novos mercados. Os reflexos alcançam também a capacidade organizativa da produção, comercialização e acesso a novas políticas (Agapto, Borsatto, Esquerdo, & Bergamasco, 2012). Foi o que aconteceu na Comunidade de Matinha – Zona Rural de São Luís. Segundo Correa e Barbosa (2018), o acesso ao PAA permitiu melhoria gradativa na qualidade dos produtos e estes passaram a ser mais conhecidos na localidade, ampliando os níveis de produção e comercialização.

Em Cerro Azul, Imbaú e Querência do Norte, municípios do Paraná, identificou-se que após a participação dos agricultores no PAA, de cada três beneficiários, pelo menos um aumentou a área de plantio, a fim de atender a demanda do programa e 2/3 deste público conseguiu elevar o nível tecnológico para gestão das lavouras (Doretto e Michellon, 2007)

O PAA tem construído elementos em sua formação que induzem ao redirecionamento do papel exercido pela agricultura familiar no contexto do desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo na ótica do desenvolvimento mais equitativo. Ele incorpora setores marginalizados na economia e valoriza a atuação dos agricultores familiares enquanto agentes promotores do desenvolvimento (Martinelli et al., 2015).

Em âmbito social, considerou-se os elementos de análise: aumento e diversificação da renda; comercialização/garantia de venda; autoconsumo e qualidade da alimentação de agricultores; melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários consumidores; aumento do acesso; incentivo ao consumo de alimento de qualidade; e melhoria na saúde (Quadro 2).

⁵ Outros programas voltados para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA-Compra Institucional, não sofreram reduções tão bruscas de recursos quanto o PAA-CDS. Contudo, o público alvo destes programas são agricultores familiares com maiores níveis de renda e organização produtiva, diferente daqueles contemplados pelo PAA-CDS.

Quadro 2
Número de estudos que evidenciaram a ocorrência da dimensão social e elementos de análise

Dimensão	Indicadores CEPAL	Elementos de análise	Nº de estudos
Social	Aumento dos salários e/ou da renda	Aumento e diversificação da renda	70
		Comercialização/garantia de venda	56
		Autoconsumo e qualidade da alimentação de agricultores	22
		Melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários consumidores	36
		Aumento do acesso	15
		Incentivo ao consumo de alimento de qualidade	7
		Melhoria na saúde	11

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

As pesquisas apontaram que o PAA apresenta efeitos sinérgicos que provocam benefícios interligados e correlacionados. Além de ser uma política que contribui na geração de renda, comercialização e garantia da venda, ela cria também condições para a redução da Insan, tanto pelo aumento do acesso ao alimento por parte de pessoas em situação de risco (Agapto et al., 2012; Antunes & Hespanhol, 2011), quanto pelo estímulo à alimentação saudável, resultando em melhoria da saúde dos beneficiários consumidores (Oliveira & Bergamasco, 2014).

Em Cerro Azul (PR), Doretto e Michellon (2007) fizeram uma comparação da renda de agricultores que acessaram e os que não acessaram o PAA. Verificou-se que a renda dos beneficiários do PAA foi 50% maior do que a renda dos não beneficiários. A análise realizada com os agricultores que se concentraram no estrato de até 1 salário mínimo, o acréscimo na renda média foi de 87,8%.

A partir do momento em que o PAA se torna mais uma fonte de renda e incentiva a diversificação produtiva, ele reduz as ameaças de perdas (por pragas ou intempéries climáticas) e quebras e inconstâncias nos rendimentos. Os efeitos da sazonalidade também são minimizados com as várias fontes da renda e de produção agrícola (Almeida et al., 2010).

A diversificação mencionada pode ser analisada também na perspectiva do acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequados e que acarretam na promoção da SAN para o agricultor e também para o beneficiário que recebe os alimentos. Do ponto de vista do agricultor, Andrade, Oliveira e Esquerdo (2014) analisaram três assentamentos localizados no município de Araras/SP e constataram que a diversificação e a melhoria da qualidade da produção têm efeitos diretos na Insan, já que as famílias de agricultores incorporam à alimentação parte da produção e passam a realizar uma dieta alimentar mais estruturada.

Já para os beneficiários consumidores dos alimentos, Barth-Teixeira et al. (2017) identificaram que no Território Cantuquiriguaçu/PR a entrega de produtos pelo PAA nas escolas municipais e estaduais provocou melhorias significativas no cardápio, pois aumentou a variedade e a qualidade das refeições. Outro estudo realizado por Ortega, Jesus e Só (2006) e apresentado no Livro “PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos” (Martins, 2013), aponta os impactos nos rendimentos escolares de estudantes no interior da Bahia. Os dados revelam que após a implementação do PAA houve aumento de assiduidade em 51%, melhoria no rendimento escolar de 48%, enquanto os índices “ruim” e “regular” diminuíram 59% e 53%, respectivamente.

Em Dracena/SP, Antunes e Hespanhol (2011) observaram que nas entidades receptoras de alimentos pela rede socioassistencial, o consumo de alimentos naturais e de qualidade provocou efeitos positivos em crianças e idosos que, segundo relatos, adquiriram maior resistência a determinadas doenças.

Na dimensão dos impactos ambientais, identificou-se que o programa é capaz de fomentar não só a diversificação da produção (Antunes & Hespanhol, 2011), mas também incentivar a produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas (Araújo & Kubo, 2017).

O Quadro 3 apresenta o número de estudos empíricos que evidenciaram cada um dos elementos de análises relacionados aos indicadores ambientais: diversificação da produção; produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas; e estímulo a circuitos curtos de produção.

Quadro 3
Número de estudos que evidenciaram a ocorrência da dimensão ambiental e elementos de análise

Dimensão	Indicadores	Elementos de análise	Nº de estudos
Ambiental	Recuperação e/ou melhor gestão de solos, pastagens e florestas.	Diversificação da produção	46
		Produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas	26
	Redução das emissões de gases de efeito de estufa e/ou outros poluentes atmosféricos	Estímulo a circuitos curtos de produção	15

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Os estudos mostram que o PAA, em seu conjunto de modalidades, consegue estimular modificações relevantes na matriz produtiva das unidades de agricultores familiares e este fenômeno impacta diretamente na diversificação e na diversidade produtiva, pois o PAA tem conseguido dar destaque aos produtos da sociobiodiversidade (Brasil, 2017) e incentivar o reestabelecimento da policultura característica do modo de produção camponesa (Agapto et al., 2012).

Entre as décadas de 1960 e 1970 as regiões brasileiras se inseriram na especialização produtiva, com práticas voltadas ao monocultivo e produção de commodities, atributo da “modernização da agricultura” (Grisa et al., 2010). O PAA não rompeu com essa lógica no contexto das grandes propriedades de terra, mas conseguiu trazer à pauta a urgência e importância da diversificação de cultivos, o que, do ponto de vista ambiental, ocasiona uma melhor gestão dos solos, pastagens e florestas e contribui para a conservação da biodiversidade (Carvalho, Becker, & Neske, 2017).

Em Minas Gerais, Souza e Loreto (2019) observaram que as variedades de produtos que o programa contempla na sua compra da agricultura familiar estimulam os agricultores a ampliarem o número de opções de culturas que produzem, para que consigam atender ao PAA. Similarmente, Silva, Gomes e Cruz (2018), em um estudo de abrangência nacional, identificaram que o PAA, ao modificar a matriz produtiva, introduziu tipos de leguminosas, vegetais e árvores frutíferas que não eram conhecidas pela população local.

Rossi e Souza Filho (2012) analisaram os impactos na produção vegetal provocados pelo PAA em propriedades de 30 agricultores do estado de São Paulo. A exploração ocorreu 12 meses antes de iniciar a participação no PAA e nos últimos 12 meses de participação no programa. Constatou-se que houve aumento do número de culturas após acesso ao programa, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1
Quantidade de culturas produzidas antes e depois do PAA

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA								
Quantidade de culturas produzidas	12 meses antes de iniciar a participação no PAA				Últimos 12 meses de participação no PAA			
	N	Total	Média	Desvio padrão	N	Total	Média	Desvio padrão
		30	229	7,63	4,51	30	269	8,97

Fonte: Adaptado de Rossi e Souza Filho (2012).

No âmbito das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, o PAA, além de ser um mercado estratégico, é uma ferramenta importante para a valorização desses produtos e para o fortalecimento dos seus Arranjos Produtivos Locais, conforme observado no livro “Arranjos Produtivos Locais – APLs de produtos da sociobiodiversidade”, que analisou 18 casos de organizações inseridas nessas cadeias (Brasil, 2017).

Além de incentivar a diversificação da produção e o policultivo, o PAA estimula também a produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas, pois permite pagar um preço até 30% maior para a aquisição desse tipo de produtos. Os órgãos de assistência técnica e extensão rural tem papel fundamental neste aspecto, já que eles auxiliam no manejo e na condução de boas práticas agrícolas para preservação e recuperação do solo. Em Alvorada do Oeste (RO) Aleixo et al. (2016) identificaram que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) fornece orientações por meio de visitas às propriedades rurais, acompanhamentos, cursos e palestras e que tais ações refletem diretamente na qualidade, no nível de diversidade dos produtos, no manejo e na inserção de tecnologias e novas técnicas de produção.

Ao estimular a produção, comercialização e consumo de alimentos regionais, o programa valoriza as economias de pequena escala e fomenta os circuitos curtos de produção, como evidenciado no estudo de Araújo e Kubo (2017) que analisaram a experiência dos indígenas da etnia Asheninkas no Alto Rio Envira/AC, concluindo que o programa conecta, de maneira muito evidente, a produção e o consumo, reforça os sistemas locais de produção, constrói canais curtos de comercialização e aproxima o consumidor do produtor de alimentos.

Destaca-se por fim a economia de energia e a redução das emissões de gases de efeito de estufa e/ou outros poluentes em relação aos impactos ambientais.

D. O PAA como caso de *Big Push* Ambiental para a sustentabilidade

A Cepal, no relatório “O Big Push Ambiental no Brasil: Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável”, sugere que os países da América Latina e do Caribe busquem alternativas para construção de caminhos que alterem, de modo progressivo, as estruturas de promoção de crescimento e desenvolvimento econômico (CEPAL/FES, 2019).

O documento propõe que as dinâmicas produtivas e de mercado se voltem para as eficiências: i) schumpeteriana (com novos tipos de especialização produtiva, os quais provoquem geração de conhecimento, aprendizado, mudança e inovação tecnológica e econômica); ii) keynesiana (com a ampliação do uso de mercados com rápida expansão para se obter ganho de escala e escopo que dinamizam a economia e geram novos empregos); e iii) ambiental (cujas ações integrem o crescimento econômico à proteção ambiental e a baixa emissão de gases de efeito estufa) (CEPAL/FES, 2019).

O PAA consegue integrar a valorização do produto e do saber local, e o incentivo à introdução de mecanismos produtivos mais inovadores e o uso de máquinas e equipamentos agrícolas que facilitem o labor das famílias rurais. Dessa forma, torna-se possível incrementar a produção de modo que haja agregação de valor aos produtos, bem como inserir novas e melhores tecnologias, demandando um menor esforço humano na realização do trabalho. Isso vai ao encontro à eficiência schumpeteriana exposta no referido relatório (CEPAL/FES, 2019).

No âmbito da eficiência keynesiana, o PAA minimiza efeitos da desigualdade intra e inter-regional, pois o seu efeito “aumento da renda” reflete no desenvolvimento local, com aquecimento do consumo e dinamização da economia, e provoca redução da vulnerabilidade social e alimentar de famílias urbanas e rurais beneficiárias da política. O Programa apresenta a capacidade de mitigar os efeitos econômicos sem que os desequilíbrios de mercado recaiam, de modo incisivo, sobre aqueles mais expostos. Os beneficiários possuem as garantias de recebimento de alimentos (pelas entidades e pessoas vulneráveis do ponto de vista alimentar, nutricional e social), da venda dos produtos e da renda (Grisa & Schneider, 2015).

Outra evidência de eficiência keynesiana no âmbito do PAA é o fato da região Nordeste ter sido responsável por operacionalizar 48% dos recursos entre 2003-2018⁶, já que a região, além de apresentar um maior número de municípios, é também a que mais se enquadra nos critérios de priorização do programa previstos no Decreto nº 7.775/2012, elementos que demonstram o caráter equitativo da política.

Quanto a eficiência ambiental, diz-se que o PAA apresenta uma aplicabilidade intersetorial a qual propõe a introdução de sistemas que consideram o aproveitamento de recursos e saberes locais, as boas práticas agrícolas, preservação do meio ambiente e valorização da biodiversidade. Ao mesmo tempo, o programa fomenta a inserção de novas tecnologias e valoriza os mercados curtos.

Portanto, a análise do PAA através das dimensões econômica, social e ambiental permitiu inferir que, primeiramente, ele tem contribuído para a garantia da comercialização. Isso apresenta um impacto direto na renda dos agricultores familiares, provocando assim, uma dinamização da economia no contexto local. Segundo, ele fomenta o fortalecimento de organizações e a coesão social. Terceiro, o programa atua diretamente no combate à Insegurança da população beneficiária da política e também dos agricultores. E quarto, o PAA foi capaz de alterar, em determinadas realidades empíricas, a matriz de produção, acarretando em uma diversificação da carteira de produtos ofertados, e fomentando a cadeia de circuitos curtos de comercialização.

Por fim, como propõe P. Rosenstein-Rodan, citado por CEPAL/FES (2019, p. 14), se “é necessário um conjunto substancial de investimentos complementares – que dê um grande impulso (big push) – para permitir um salto definitivo de desenvolvimento”, o PAA pode ser considerado esse impulso, pois o programa é objeto de investimento de recursos públicos para impulsionar o desenvolvimento local e sustentável, sendo também uma ferramenta de combate às desigualdades regionais e sociais.

E. Considerações finais

O Brasil, assim como os demais países do mundo, apresenta a necessidade de construir e ampliar os sistemas produtivos cujas práticas sejam voltadas ao desenvolvimento sustentável, com ações que visem à geração de emprego e melhoria nas condições de vida da sociedade.

O PAA é uma importante política pública que pode ser compreendida como uma lição aprendida no âmbito das políticas intersetoriais. O programa é capaz de promover ao mesmo tempo a valorização da agricultura familiar, a inclusão social, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento local e ainda construir boas práticas de produção e relações de reciprocidade entre a sociedade, o Estado e a política pública. Ele busca minimizar os efeitos dos padrões convencionais de produção e de mercado na medida em que tenta mitigar as assimetrias de renda e reduzir os contextos de vulnerabilidade. O programa propõe ainda um novo modelo de uso da base de recursos naturais e busca, em sua essência, ciclos mais virtuosos de desenvolvimento econômico.

Contudo, o PAA ainda apresenta muitos desafios. Do ponto de vista da geração de novos mercados, não é possível afirmar que este cenário seja comum em todas as regiões e contextos onde o programa foi implementado. É possível que a política se apresente em estágios de maturação muito diversos quando se trata do Território Nacional.

Acerca da segurança alimentar e nutricional e também no âmbito de política agrícola e de valorização da agricultura familiar, embora o PAA atenda um número elevado de pessoas em todo o Brasil, ainda há grande demanda pela implementação e ampliação da política, que carece de chegar, ainda mais, nos interiores e pessoas de todo o Brasil.

Um outro desafio a ser destacado é a necessidade de o PAA se tornar uma política de Estado e não de governo. Isso porque o programa ainda sofre com ações localizadas e muitas vezes descontinuadas, além de sentir as consequências de reduções orçamentárias em virtude de mudanças de gestão e, conseqüentemente, agenda de políticas públicas.

⁶ Em 2º lugar vem a região Sudeste, com 21%, seguida pelo Sul (20%), Norte (7%) e Centro-Oeste (4%).

Embora os desafios existam, o PAA foi se aperfeiçoando ao longo dos anos e está entre as ações mais inovadoras em termos de políticas públicas já implementadas no Brasil. O programa ficou conhecido nacional e internacionalmente pelo seu caráter original e intersetorial de atuação, com inserção de novas metodologias de compras públicas e formação de preços, inclusão da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais na política agrícola, permitindo o diálogo entre os órgãos e as esferas de governo, e destes com a sociedade civil organizada.

Trata-se, portanto, de uma ação-modelo, característica do Big Push Ambiental e que pode ser uma alternativa para construção de caminhos que conduzam à economia brasileira em direção ao desenvolvimento sustentável. O PAA se insere no Big Push Ambiental como um estilo de política pública que promove o desenvolvimento na região, tendo como eixo central a igualdade.

Como implicações críticas deste estudo, afirma-se que o número de pesquisas identificadas no levantamento sistemático pode estar subestimado, já que podem existir mais artigos científicos de natureza empírica que evidenciaram os benefícios específicos do PAA e que não estavam armazenados nas bases de periódicos e artigos científicos. Contudo, este fato não prejudicou a análise dos benefícios gerados pelo PAA no nível local e a sua relação com o Big Push Ambiental. Por fim, aponta-se a necessidade de se realizar estudos mais amplos, de caráter nacional, para avaliar quantitativamente os impactos do programa no território brasileiro.

Referências bibliográficas

- Agapto, J. P., Borsatto, R. S., Esquerdo, V. F. de S., & Bergamasco, S. M. P. P. (2012). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, 42(2), 13–21.
- Aleixo, A. D., Carvalho, K. da S., Junkes, M. B., Oliveira, N. D. A. de, & Sato, S. A. da S. (2016). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas contribuições para fortalecimento da agricultura familiar no município de Alvorada do Oeste/RO. In *Anais do Congresso Internacional de Administração 2016*. Natal - RN.
- Almeida, L. M. de M. C., Ferrante, V. L. S. B., & Paulillo, L. F. (2010). Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. *Organizações Rurais & Agroindústria*, 12(3), 370–385.
- Andrade, F. R. P. de, Oliveira, J. T. A. de, & Esquerdo, V. F. de S. (2014a). Limites para o Desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP. *Retratos de Assentamentos*, 17(1), 225–244.
- Antunes, M. V. M., & Hespanhol, R. A. de M. (2011). O Programa de Aquisição de Alimentos no município Dracena-SP. *Caderno Prudentino de Geografia*, 33(2), 101–122.
- Araújo, M. de L. L. de, & Kubo, R. R. (2017). Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 38(132), 195–210.
- Barth-Teixeira, E., Santos, C. T. dos, Gregolin, M. R., & Christoffoli, P. I. (2017). Análise da Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) no Território Cantuquiriguaçu-PR. Santa Maria, RS: 55o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).
- Brasil. Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências (2003). Brasília.
- Brasil (2017). Acesso a políticas públicas: Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos. In *Arranjos Produtivos Locais - APLs de produtos da sociobiodiversidade* (pp. 119–125). Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Carvalho, P. R., Becker, C., & Neske, M. Z. (2017). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local. Santa Maria, RS: 55o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).
- CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)/(Fundação Friedrich Ebert Stiftung). (2019). O Big Push Ambiental no Brasil: investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável, *Perspectivas*, N. 20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo.
- Correa, B., & Barbosa, Z. (2018). O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da Comunidade de Matinha - zona rural de São Luís. *Revista de Geografia e Ordenamento Do Território*, (14), 159–177.
- Dias, T. F. & Rocha, L. A. (2015). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(1),16-25.
- Doretto, M.; Michellon, E. (2007). Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- Froehlich, E., & Schneider, S. (2013). Condicionantes legais e estratégias de governança para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul. In *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora* (pp. 209–231). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Grisa, C., Schmitt, C. J., Maluf, R. S., & Leite, S. (2010). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, (13), 137–170.
- Grisa, C., & Schneider, S. (2015). Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(01), 125–146.
- Martinelli, S. S., Soares, P., Fabri, R. K., Campanella, G. R. A., Rover, O. J., & Cavalli, S. B. (2015). Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 22(1), 558–573.

- Martins, S. P. (2013). PAA Leite: contexto de implantação, desenvolvimento e possibilidades de aprimoramento. In PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos (pp. 75–111).
- Oliveira, A. L. A. de, & Bergamasco, S. M. P. P. (2014). Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista Da Universidade Vale Do Rio Verde*, 12(1), 925–935.
- Rossi, F. R.; Souza Filho, H. M. (2012). Os Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção.
- Sambuichi, R. H. R., Kaminski, R. S., Perin, G., Moura, I. F., Januario, E. S., Mendonça, D. B., & Almeida, A. F. C. (2019). Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Santos, S. R. Q., Soares, N. S., & Benavides, Z. A. C. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): o caso dos produtores de ibicaraí-ba. *Revista de Estudos Sociais*, 17(33), 161–182.
- Silva, G. C. de A. e, Gomes, M. C. C., & Cruz, K. C. M. dos S. (2018). O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: uma análise da modalidade Compra com Doação Simultânea operacionalizada pela Conab em 2017. 56o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).
- Souza, A. F., & Loreto, M. das D. S. de. (2019). Representações sociais de lideranças institucionais brasileiras sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. *Brazilian Journal of Development*, 5(7), 7808–7822.

Anexo – Materiais Complementares

A1. Aspectos metodológicos

Para o levantamento de estudos empíricos utilizou-se as fontes de informações apresentadas no Quadro 4 deste Anexo.

Quadro 4
Bases de busca das pesquisas empíricas

Descrição	Fonte do documento
Bases de artigos científicos	Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)
	Scientific Electronic Library Online (SciELO)
	Portal de Periódicos da Capes
	Anais de eventos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)
	Busca reversa
Livros e/ou capítulos de livros	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)
	Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A justificativa para utilização dos Anais da Sober se deve ao fato de o evento possuir um compilado de trabalhos acadêmicos que abordam temáticas presentes no escopo do PAA e por reunir um conjunto de especialistas que acompanharam o programa durante boa parte de sua vigência. A busca por relatórios, livros e/ou capítulos de livros foram utilizados, pois os órgãos vinculados ou relacionados à operacionalização do programa – MDS, MDA, MAPA, Consea e Conab – publicaram e/ou corroboraram para a publicação de ações e resultados acerca do PAA.

A busca reversa é o levantamento de estudos que não fazem parte do compilado de trabalhos acadêmicos armazenados nas bases. A pesquisa é feita a partir da análise das listas de referência daqueles trabalhos acadêmicos os quais foram identificados nas bases de dados. Neste caso, considerou-se os trabalhos que apresentaram em seu título os termos “Programa de Aquisição de Alimentos” e “PAA”.

Foram considerados os trabalhos publicados no período de 2003 até maio de 2019. Para definição do espaço/tempo foi levado em consideração o ano de implementação do PAA como política pública, por meio da Lei 10.696/2003.

Os estudos repetidos, teóricos, que abordaram a teoria do programa ou se caracterizaram como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses foram excluídos já que o foco eram estudos empíricos que fizeram análise da avaliação e/ou implementação do PAA e que, ao mesmo tempo, passaram por um corpo editorial antes de serem publicados, o que dá mais confiabilidade nos resultados publicados.

Para a análise de dados, foram criadas categorias (Quadro 2), extraídas da própria literatura, que deram suporte na exploração e avaliação dos trabalhos.

Quadro 5**Categorias de análise da contribuição do PAA para construção de ações voltadas à sustentabilidade**

Dimensão	Indicadores CEPAL	Elementos de análise
Econômica	Aumento do PIB	Dinamização da economia local
	Melhoria da qualidade de produtos	Melhoria da qualidade de produtos
	Conquista de novos mercados	Acesso a novos mercados
Social	Aumento dos salários e/ou da renda	Aumento e diversificação dos salários e/ou da renda
		Comercialização/garantia de venda
		Autoconsumo e qualidade da alimentação de agricultores
		Melhoria na qualidade da alimentação dos beneficiários consumidores
		Aumento do acesso
		Incentivo ao consumo de alimento de qualidade
Ambiental	Recuperação e/ou melhor gestão de solos, pastagens e florestas.	Melhoria na saúde
		Diversificação da produção
	Redução das emissões de gases de efeito de estufa e/ou outros poluentes atmosféricos	Produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas
		Estímulo a circuitos curtos de produção

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A2. Número de referências encontradas para cada indicador e elementos de análise

Dimensão	Indicador CEPAL	Elementos de análise	Artigos	Nº
Econômica	Aumento do PIB	Dinamização da economia local	Agostini & Bourscheidt, 2018; Andrade Júnior, 2009; Chmielewska, Souza, & Lourete, 2010; Correa & Barbosa, 2018; Deves & Rambo, 2013; T. F. Dias, Nunes, Torres, & Torres, 2013; T. F. Dias & Rocha, 2015; Froehlich & Schneider, 2013; T. C. de Lucena, Alencar, Gonçalves, Sampaio, & Oliveira, 2018; Macedo, Agápto, Meira, & Borsatto, 2017; Maciel & Flech, 2009; Mota, Schmitz, Silva Júnior, & Rodrigues, 2015; Müller, Fialho, & Schneider, 2007; Peixoto & Oliveira, 2015; Rocha & Sacco dos Anjos, 2016; Rosa Miranda & Gomes, 2017; Salgado, Dias, Silva, Santos, & Cunha, 2015; A. R. dos Santos, Vieira, Ferreira, & Sant'Ana e Castro, 2012; S. R. Q. Santos, Soares, & Benavides, 2015; V. M. da Silva & Mattos, 2017; T. C. Silva & Ferreira, 2016.	21
	Melhoria da qualidade de produtos	Melhoria da qualidade de produtos	Agapto, Borsatto, Souza-Esquerdo, & Bergamasco, 2012; Andrade Júnior, 2009; Andrade, Oliveira, & Esquerdo, 2014; Araujo & Kubo, 2017; Batista et al., 2016; Carvalho, Becker, & Neske, 2017; Chmielewska et al., 2010; Correa & Barbosa, 2018; D'Ávila & Silva, 2011; Deggerone & Gazzoni, 2018; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; Dias et al., 2013; Ferreira, Borsatto, Gomes, Meira, & Bergamasco, 2014; Grisa et al., 2016; Hespanhol, 2008; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Marques, Le Moal, & Andrade, 2014; Martinelli et al., 2015; Mota, Schmitz, Silva Júnior, Porro, & Oliveira, 2014; Salgado et al., 2015; S. R. Q. Santos et al., 2015; Souza & Loreto, 2019; Vieira & Del Grossi, 2010.	23
	Conquista de novos mercados	Acesso a novos mercados	Almeida, Ferrante, & Paulillo, 2010; Andrade et al., 2014; Balsadi, 2004; Botelho Filho et al., 2007; Chmielewska et al., 2010; Correa & Barbosa, 2018; Dias et al., 2013; Hespanhol, 2008; Mendes, Perondi, & Telles, 2018; Müller et al., 2007; Salgado et al., 2015; Santos Neto & Lima, 2016; Siliprandi & Cintrão, 2018; Souza & Loreto, 2019; Sparovek et al., 2007.	15
Social	Aumento dos salários e/ou da renda	Aumento e diversificação dos salários e/ou da renda	Agapto et al., 2012; Aleixo, Carvalho, Junkes, Oliveira, & Sato, 2016; Alves, Vieira, Silva, & Ferreira, 2011; Andrade et al., 2014; Andrade Júnior, 2009; Antunes & Hespanhol, 2011; Araujo & Kubo, 2017; Balsadi, 2004; Batista et al., 2016; Becker & Sacco dos Anjos, 2010; Botelho Filho et al., 2007; G. S. Carvalho & Pedroso Neto, 2016; P. R. Carvalho et al., 2017; Chmielewska et al., 2010; Coca, 2015; Coradin & Souza, 2015; D'Ávila & Silva, 2011; Deggerone & Gazzoni, 2018; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; A. Dias, Santana, & Rensi, 2017; Doretto & Michellon, 2007; Faure, 2015; Ferreira et al., 2014; Filus, Bergamasco, & Souza-Esquerdo, 2017; Froehlich & Schneider, 2013; Grisa et al., 2016; Hentz, 2016; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2009, 2013; Leal, 2015; T. C. de Lucena et al., 2018; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Macedo et al., 2017; Maciel & Flech, 2009; Magalhães & Soares, 2006; Marques et al., 2014; Matos & Noia, 2014; Mendes et al., 2018; Mota et al., 2014, 2015; Moura & Magalhães, 2008; Nascimento, Johann, & Basso, 2017; Nunes, Silva	70

			Júnior, Gomes, & Galera Júnior, 2018; A. L. A. de Oliveira & Bergamasco, 2014; L. G. de Oliveira, Batalha, & Pettan, 2017; E. L. Pereira, Pontes, & Barone, 2015; M. E. B. de G. Pereira & Lourenzani, 2014; Plein & Filippi, 2012; Queiroz, Neves, Seabra Junior, & Machado, 2015; Rocha & Sacco dos Anjos, 2016; Rosa Miranda & Gomes, 2017; Rossi & Souza Filho, 2012; Salgado & Dias, 2013; Salgado et al., 2015; A. R. dos Santos et al., 2012; L. de L. Santos, Ferreira, & Almeida, 2016; Santos Neto & Lima, 2016b; S. R. Q. Santos, Soares, & Benavides, 2015; Schmitt et al., 2013; Schmitz, Mota, & Sousa, 2016; Siliprandi & Cintrão, 2011; E. D. da Silva & Almeida, 2013; F. C. da Silva, Sant'Ana, Maia, & Gonzaga, 2009; V. M. da Silva & Mattos, 2017; T. C. Silva & Ferreira, 2016; T. C. Silva, Ferreira, & Amodeo, 2014; Soares, Barros, & Magalhães, 2007; Souza-Esquerdo & Bergamasco, 2015; Souza & Loreto, 2019.	
		Comercialização/garantia de venda	Agapto et al., 2012; Almeida, Pugliesi, Ferrante, Cardozo, & Paulillo, 2018; Alves, Vieira, Silva, & Ferreira, 2011; Andrade et al., 2014; Andrade Júnior, 2009; Antunes & Hespanhol, 2011; Araujo & Kubo, 2017; Balsadi, 2004; Barros, Soares, Magalhães, & Silva, 2010; Batista et al., 2016; Becker & Sacco dos Anjos, 2010; Botelho Filho et al., 2007; Brasil, 2017; Carvalho et al., 2017; Cerqueira, Rocha, & Coelho, 2006; Chmielewska et al., 2010; Coca, 2015; Coradin & Souza, 2015; Correa & Barbosa, 2018; Coutinho & Hartmann, 2012; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; Deves & Rambo, 2013; Doretto & Michellon, 2007; Ferreira et al., 2014; Froehlich & Schneider, 2013; Fuscaldi, 2010; Grisa et al., 2016; Hentz, 2016; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2009, 2013; Leal, 2015; Lemos & Lima, 2014; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Macedo et al., 2017; Marques et al., 2014; Martinelli et al., 2015; Matos & Noia, 2014; Mendes et al., 2018; Mota et al., 2014; Mota, Silva Junior, & Rodrigues, 2016; Plein & Filippi, 2012; Queiroz, Neves, Seabra Junior, & Machado, 2015; Rocha & Sacco dos Anjos, 2016; Salgado et al., 2015; A. R. dos Santos et al., 2012; Santos Neto & Lima, 2016; S. R. Q. Santos, Soares, & Benavide, 2015; Schmitz, Mota, & Sousa, 2016; Siliprandi & Cintrão, 2018; F. C. da Silva, Sant'Ana, Maia, & Gonzaga, 2009; T. C. Silva & Ferreira, 2016; T. C. Silva, Ferreira, & Amodeo, 2014; Souza & Loreto, 2019; Sparovek et al., 2007; Vogt & Souza, 2009.	56
		Autoconsumo e qualidade da alimentação de agricultores	Almeida, Pugliesi, Ferrante, Cardozo, & Paulillo, 2018; Andrade et al., 2014; Araujo & Kubo, 2017; Batista et al., 2016; Becker & Sacco dos Anjos, 2010; Chmielewska et al., 2010; Coca, 2015; Correa & Barbosa, 2018; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; T. F. Dias et al., 2013; Ferreira et al., 2014; Filus, Bergamasco, & Souza-Esquerdo, 2017; Heling et al., 2017; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Rocha & Sacco dos Anjos, 2016; Rosa Miranda & Gomes, 2017; Salgado & Dias, 2013; Salgado et al., 2015; L. de L. Santos, Ferreira, & Almeida, 2016; Schmitt et al., 2013; Vogt & Souza, 2009.	22
		Melhoria na qualidade da alimentação dos	Agapto et al., 2012; Almeida et al., 2010; Alves et al., 2011; Antunes & Hespanhol, 2011; Araujo & Kubo, 2017; Barth-Teixeira, Santos, Gregolin, & Christoffoli, 2017; Batista et al., 2016; Becker &	36

		beneficiários consumidores	Sacco dos Anjos, 2010; Brasil, 2017; Carvalho et al., 2017; Cavalcanti, Marjotta-Maistro, & Montebello, 2017; Correa & Barbosa, 2018; D'Ávila & Silva, 2011; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; T. F. Dias et al., 2013; Faure, 2015; Ferreira et al., 2014; Froehlich & Schneider, 2013; Grisa et al., 2016; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2009, 2013; Leal, 2015; Lemos & Lima, 2014; T. C. de Lucena et al., 2018; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Macedo et al., 2017; Marques et al., 2014; Matos & Noia, 2014; Mattei, 2007; Mendes et al., 2018; Raphaelli et al., 2018; G. C. de A. e Silva, Gomes, & Cruz, 2018; Soares & Magalhães, 2014; Stamm, Schrippe, & Santos, 2017; Vieira & Del Grossi, 2010.	
		Aumento do acesso	Andrade Júnior, 2009; Barth-Teixeira et al., 2017; Brasil, 2017; Correa & Barbosa, 2018; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; Faure, 2015; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2009; Lemos & Lima, 2014; Mendes et al., 2018; Nunes, Silva Júnior, Gomes, & Galera Júnior, 2018; Raphaelli et al., 2018; Salgado et al., 2015; G. C. de A. e Silva et al., 2018; P. S. G. Silva, Silva, Oliveira, & Gurgel, 2018.	15
		Incentivo ao consumo de alimento de qualidade	Agostini & Bourscheidt, 2018; Deggerone & Gazzoni, 2018; Froehlich & Schneider, 2013; Mendes et al., 2018; A. L. A. de Oliveira & Bergamasco, 2014; A. R. dos Santos et al., 2012; Vieira & Del Grossi, 2010.	7
		Melhoria na saúde	Agostini & Bourscheidt, 2018; Antunes & Hespanhol, 2011; D'Ávila & Silva, 2011; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2013; Pereira, Pontes, & Barone, 2015; A. R. dos Santos et al., 2012; V. M. da Silva & Mattos, 2017; T. C. Silva & Ferreira, 2016; T. C. Silva, Ferreira, & Amodeo, 2014; Soares, Barros, & Magalhães, 2007; Sparovek et al., 2007.	11
Ambiental	Recuperação e/ou melhor gestão de solos, pastagens e florestas	Diversificação da produção	Agapto et al., 2012; Antunes & Hespanhol, 2011; Batista et al., 2015, 2016; Becker & Sacco dos Anjos, 2010; Brasil, 2017; Carvalho et al., 2017; Chmielewska et al., 2010; Coca, 2015; Correa & Barbosa, 2018; Coutinho & Hartmann, 2012; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; A. Dias, Santana, & Rensi, 2017; T. F. Dias et al., 2013; T. F. Dias & Rocha, 2015; Doretto & Michellon, 2007; Ferreira et al., 2014; Filus et al., 2017; Froehlich & Schneider, 2013; Fuscaldi, 2010; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2008; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, 2009, 2013; Leal, 2015; É. K. Lucena & Luiz, 2009; Macedo et al., 2017; Marques et al., 2014; Matos & Noia, 2014; Mattei, 2007; Nunes, Silva Júnior, Gomes, & Galera Júnior, 2018; L. G. de Oliveira, Batalha, & Pettan, 2017; Pereira et al., 2015; Plein & Filippi, 2012; Rosa Miranda & Gomes, 2017; Salgado & Dias, 2013; Salgado et al., 2015; A. R. dos Santos et al., 2012; Santos Neto & Lima, 2016; Schmitt et al., 2013; Siliprandi & Cintrão, 2011; E. D. da Silva & Almeida, 2013; G. C. de A. e Silva, Gomes, & Cruz, 2018; P. S. G. Silva, Silva, Oliveira, & Gurgel, 2018; T. C. Silva & Ferreira, 2016; T. C. Silva et al., 2014; Souza & Loreto, 2019.	46
		Produção de orgânicos e/ou boas práticas agrícolas	Aleixo, Carvalho, Junkes, Oliveira, & Sato, 2016; Almeida et al., 2010; Araujo & Kubo, 2017; Becker & Sacco dos Anjos, 2010; Carvalho et al., 2017; Chmielewska et al., 2010; Coutinho & Hartmann,	26

			2012; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; A. Dias, Santana, & Rensi, 2017; T. F. Dias et al., 2013; Froehlich & Schneider, 2013; Heling et al., 2017; T. C. de Lucena et al., 2018; Maciel & Flech, 2009; Marques et al., 2014; Martinelli et al., 2015; Mendes et al., 2018; Nascimento, Johann, & Basso, 2017; Nunes, Silva Júnior, Gomes, & Galera Júnior, 2018; Plein & Filippi, 2012; Rosa Miranda & Gomes, 2017; Salgado & Dias, 2013; Salgado et al., 2015; A. R. dos Santos et al., 2012; S. R. Q. Santos et al., 2015; Segurado, Viegas, Silva, & Cruz, 2018.	
	Redução das emissões de gases de efeito de estufa e/ou outros poluentes atmosféricos	Estímulo a circuitos curtos de produção	Araujo & Kubo, 2017; Brasil, 2017; Deggerone & Gazzoni, 2018; Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2008; Macedo et al., 2017; Maciel & Flech, 2009; Marques et al., 2014; Martinelli et al., 2015; Mattei, 2007; Mota et al., 2014; Schmitt et al., 2013; V. M. da Silva & Mattos, 2017; T. C. Silva, Ferreira, & Amodeo, 2014; Vinha & Schiavinatto, 2015; Vogt & Souza, 2009.	15

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A3. Lista de referências de estudos empíricos sobre o programa de aquisição de alimentos - PAA

- Agapto, J. P., Borsatto, R. S., Souza-Esquerdo, V. F. de, & Bergamasco, S. M. P. P. (2012). Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, 42(2), 13–21. <https://doi.org/2252-844x>
- Agostini, C., & Bourscheidt, H. J. (2018). A Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(2), 275–292.
- Aleixo, A. D., Carvalho, K. da S., Junkes, M. B., Oliveira, N. D. A. de, & Sato, S. A. da S. (2016). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas contribuições para fortalecimento da agricultura familiar no município de Alvorada do Oeste/RO. *Anais XI Congresso Internacional de Administração*.
- Almeida, L. M. de M. C., Ferrante, V. L. S. B., & Paulillo, L. F. (2010). Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 12(3), 370–385. Recuperado de https://ageconsearch.umn.edu/record/102028/files/2010_3.artigo4.pdf
- Almeida, L. M. de M. C., Pugliesi, L., Ferrante, V. L. S. B., Cardozo, D. R., & Paulillo, L. F. de O. (2018). Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. *Gestão & Produção*, 25(3), 500–512. <https://doi.org/10.1590/0104-530x4513-18>
- Alves, V. O., Vieira, N. dos S., Silva, T. C. da, & Ferreira, P. R. (2011). O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: Potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Administração Pública e Gestão Social*, 3(1), 66–88. Recuperado de <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/47/48#.WvTXj4gvyUk>
- Andrade, F. R. P. de, Oliveira, J. T. A. de, & Esquerdo, V. F. de S. (2014). Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. *Retratos de Assentamentos*, 17(1), 225–244.
- Andrade Júnior, R. C. de. (2009). O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina : o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COARPA). *Cadernos do CEOM*, 22(30), 83–100.
- Antunes, M. V. M., & Hespanhol, R. A. de M. (2011). Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracena-SP. *Caderno Prudentino de Geografia*, 2(33), 101–122.
- Araujo, M. de L. L. de, & Kubo, R. R. (2017). Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, 38(132), 195–210.
- Balsadi, O. V. (2004). Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. *Informações Econômicas*, 34(5), 35–46.
- Barros, A. R., Soares, A. de O. da C., Magalhães, A. M., & Silva, L. B. da. (2010). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Leite. In L. Tapajós & J. Quiroga (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 127–133). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Barth-Teixeira, E., Santos, C. S. dos, Gregolin, M. R., & Christoffoli, P. I. (2017). Análise da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) no Território Cantuquiriguaçu-PR. *Anais 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*.
- Batista, L. M. G., Ribeiro, S. M. R., Santos, R. H. S., Araújo, R. M. A., Ribeiro, A. Q., Priore, S. E., ... Gasparoni, G. P. (2016). Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. *Saúde e Sociedade*, 25(2), 494–504. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016150258>
- Batista, L. M. G., Ribeiro, S. M. R., Santos, R. H. S., Ribeiro, A. Q., Amaral, R. M. A. do, Lana, R. de P., & Gasparoni, G. P. (2015). Perfil sócio demográfico e das atividades agrícolas de manejo e produção de agricultores familiares inscritos no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, do município de Ubá-MG. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)*, 5(2), 9–18.
- Becker, C., & Sacco dos Anjos, F. (2010). Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho.

- Segurança Alimentar e Nutricional*, 17(1), 61–72. Recuperado de https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800/2719%5Cnhttp://www.unica mp.br/nepa/arquivo_san/volume_17_1_2010/san_vol_17_1_Claudio%5B61-72%5D.pdf
- Botelho Filho, F. B., Carvalho, A. D., Schneider, S., Fialho, M. A., Muller, A. L., Mattei, L., ... Silva, A. G. da. (2007). Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos locais nas regiões nordeste e sul do Brasil. In R. Paes-Sous & J. Vaitsman (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 65–67). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Brasil, M. do M. A. (2017). Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. In *Arranjos produtivos locais - APLs de produtos da sociobiodiversidade* (p. 119–121). Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Carvalho, G. S., & Pedroso Neto, A. J. (2016). O Programa de Aquisição de alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização individuais e coletivas. *Redes*, 21(3), 258–276. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.7622>
- Carvalho, P. R., Becker, C., & Neske, M. Z. (2017). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local. *Anais 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*.
- Cavalcanti, N. T. F., Marjotta-Maistro, M. C., & Montebello, A. E. S. (2017). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014. *Revista NERA*, 20(40), 225–245.
- Cerqueira, P. da S., Rocha, A. G. P., & Coelho, V. P. (2006). Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. *Desenbahia*, 3(5), 55–78.
- Chmielewska, D., Souza, D., & Lourete, A. A. (2010). *O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. Texto para Discussão*. Brasília/DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Coca, E. L. de F. (2015). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu - PR. *Revista NERA*, 18(26), 165–182.
- Coradin, C., & Souza, R. S. de. (2015). Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista NERA*, 18(26), 122–146.
- Correa, B., & Barbosa, Z. (2018). O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha - zona rural de São Luís. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, (14), 159–177. <https://doi.org/10.17127/got/2018.14.006>
- Coutinho, A. D. L., & Hartmann, L. C. (2012). A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para agroecologia e comercialização nos assentamentos rurais. *Anais V Encontro Regional de Agroecologia*, 7(1), 1–4.
- D'Ávila, C. A. R., & Silva, S. P. (2011). Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. *Revista de Políticas Públicas*, 15(2), 335–346. Recuperado de <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>
- Deggerone, Z. A., & Gazzoni, A. L. A. (2018). A construção social de mercados pela CECAFES - RS: Oportunidades e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Compra Institucional. *Anais 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. (2008). O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07 uma avaliação. *Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*, 1–51.
- Deves, O. D., & Rambo, A. G. (2013). Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá – RS - Brasil. *Redes*, 18(1), 147–166. <https://doi.org/10.17058/redes.v18i1.1622>
- Dias, A., Santana, J., & Rensi, J. (2017). A experiência paraibana do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação pela perspectiva dos agricultores beneficiários. *Anais IV Encontro Brasileira de Administração Pública*.
- Dias, T. F., Nunes, E. M., Torres, F. de L., & Torres, A. C. M. (2013). O programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da

- Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(3), 100–129.
- Dias, T. F., & Rocha, L. A. (2015). O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(1), 16–25.
- Doretto, M., & Michellon, E. (2007). Avaliação dos Impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 1, 1–28. Recuperado de http://www.iapar.pr.gov.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf
- Faure, X. (2015). História de mediadores: a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos em Mirandiba/PE, Brasil. *Revista Simbiótica*, 2(2).
- Ferreira, M. J., Borsatto, R. S., Gomes, R. R. S., Meira, B. C. de, & Bergamasco, S. M. P. P. (2014). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, 44(1), 55–62. Recuperado de <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/publicacoes/IE/2014/tec5-0214.pdf>
- Filus, V., Bergamasco, S. M. P. P., & Souza-Esquerdo, V. F. de. (2017). Análise do PRONAF, PAA e PNAE no Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP- Brasil. *Anais 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Recuperado de <http://www.albayan.ae>
- Froehlich, E., & Schneider, S. (2013). Condicionantes legais e estratégias de governança para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul. In M. E. Del Grossi & D. R. Kroeff (Orgs.), *PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos* (p. 208–231). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). https://doi.org/10.1007/978-3-642-02806-9_120
- Fuscaldi, K. da C. (2010). Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola. *Anais 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 1–18.
- Grisa, C., Schneider, S., Rozendo, C., Costa, F. B., Machado, C. J., Lima, D. V. de, ... Rosa, L. D. (2016). Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. In P. Jannuzzi & P. Montagner (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 204–208). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Heling, C. A., Oliveira, E. R. de, Almeida, R. A. de, Gabriel, A. M. de A., Magalhães, A. M., Souza, A. G. de, & Pereira, T. L. (2017). Programa de Aquisição de Alimentos em MS: soberania alimentar, crise e perspectivas de superação. *Revista Realização*, 4(7), 51–78.
- Hentz, C. (2016). Análise do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho – SC como estratégia de reprodução socioeconômica da produção familiar. *ACTA Geográfica*, 10(22), 48–67.
- Hespanhol, R. A. de M. (2008). Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Anais X Coloquio Internacional de Geocrítica*, 1–6.
- Hespanhol, R. A. de M. (2009). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). *Geo UERJ*, 3(20), 64–87. <https://doi.org/10.16309/j.cnki.issn.1007-1776.2003.03.004>
- Hespanhol, R. A. de M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, 25(3), 469–483. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>
- Leal, S. C. T. (2015). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. *Revista NERA*, 18(26), 147–164.
- Lemos, S. M. de, & Lima, I. de S. (2014). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 25(1), 69–92.
- Lucena, T. C. de, Alencar, N. dos S., Gonçalves, J. F., Sampaio, J. L. F., & Oliveira, J. C. A. de. (2018). O Programa de Aquisição de Alimentos e a alimentação saudável no município de Mauriti/CE (2010-2014). *RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, 4(1), 15–27.
- Lucena, É. K., & Luiz, J. M. (2009). Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN). *Anais 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. <https://doi.org/10.1080/1750984X.2011.604789>
- Macedo, A. de C., Agápto, J. P., Meira, B. C. de, & Borsatto, R. S. (2017). Avaliação da contribuição do PAA para criação e consolidação de sistemas agroalimentares localizados em municípios do sudoeste paulista.

- Anais 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*.
- Maciel, C. A. da R., & Flech, E. M. (2009). O Programa de Aquisição de Alimentos e o estímulo à produção orgânica. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 8(0), 138–149. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8255/4976>
- Magalhães, A. M., & Soares, A. (2006). *Os impactos do PAA-Leite sobre o preço, a produção e a renda da pecuária leiteira. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Marques, P. E. M., Le Moal, M. F., & Andrade, A. G. F. de. (2014). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo. *RURIS*, 8(1), 63–89.
- Martinelli, S. S., Soares, P., Fabri, R. K., Campanella, G. R. A., Rover, O. J., & Cavalli, S. B. (2015). Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 22(1), 558–573.
- Matos, T. S. de, & Noia, A. C. (2014). Análise do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabuna, Bahia. *Anais IV Encontro de Egressos de Economia UESC*, 1–20.
- Mattei, L. F. (2007). Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. *Anais 45º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 1–11. Recuperado de <http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>
- Mendes, T. A., Perondi, M. Â., & Telles, C. dos S. (2018). O crepúsculo das políticas públicas: uma análise da (des) operacionalização do programa PAA no município de Saudade do Iguaçu – PR nos anos 2016 e 2017. *Anais 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.
- Mota, D. M. da, Schmitz, H., Silva Júnior, J. F. da, Porro, N. M., & Oliveira, T. C. V. de. (2014). As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(3), 449–470. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000300003>
- Mota, D. M. da, Schmitz, H., Silva Júnior, J. F. da, & Rodrigues, R. F. de A. (2015). O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 189–204.
- Mota, D. M. da, Silva Junior, J. F. da, & Rodrigues, R. F. de A. (2016). Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a persistência das mulheres extrativistas e agricultoras no Norte e no Nordeste do Brasil. In P. Jannuzzi & P. Montagner (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 209–212). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Moura, D. de, & Magalhães, F. C. (2008). A castanha de caju no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista de Política Agrícola*, 17(1), 108–116. Recuperado de <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/428>
- Müller, A. L., Fialho, M. A. V., & Schneider, S. (2007). A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 1(1), 1–22.
- Nascimento, D. T., Johann, J. A., & Basso, D. (2017). O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(2), 82–107.
- Nunes, E. A., Silva Júnior, J. M. T. da, Gomes, H. C. A., & Galera Júnior, J. R. (2018). Programa de Aquisição de Alimentos contribuindo no fortalecimento da agricultura familiar em Maracanaú-CE. *Revista Científica Rural*, 20(1), 222–241.
- Oliveira, A. L. A. de, & Bergamasco, S. M. P. P. (2014). Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(1), 925–935. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v12i1.1443>
- Oliveira, L. G. de, Batalha, M. O., & Pettan, K. B. (2017). Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. *Ciência Rural*, Santa Maria, 47(01), 1–6.
- Peixoto, Á. M. M., & Oliveira, A. R. de. (2015). A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. *Revista Nera*, 18(26), 70–91. Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3142/2909>
- Pereira, E. L., Pontes, F. A., & Barone, L. A. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP. *Revista Retratos de Assentamentos*, 18(1), 337–360.

- Pereira, M. E. B. de G., & Lourenzani, A. E. B. S. (2014). Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP. *Ciência e Natura*, 36(2), 230–240. <https://doi.org/10.5902/2179460X12262>
- Plein, C., & Filippi, E. E. (2012). O Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. *Faz Ciência (UNIOESTE Impresso)*, 14, 63–86.
- Queiroz, R. F. N. de, Neves, S. M. A. da S., Seabra Junior, S., & Machado, T. da S. (2015). Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Boletim de Geografia*, 33(3), 184. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v33i3.22817>
- Raphaelli, C. de O., Couto, S. de F., Dutra, G. F., Pretto, A. D. B., Motta, J. V. dos S., & Bonamigo, A. W. (2018). Prevalência de insegurança e consumo alimentar em famílias do programa de aquisição de alimentos. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, 39(2), 161–170. <https://doi.org/10.5433/1679-0367.2018v39n2p161>
- Rocha, J. H., & Sacco dos Anjos, F. (2016). Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista- Roraima. *Revista NERA*, 19(31), 111–142.
- Rosa Miranda, D. L., & Gomes, B. M. A. (2017). O Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, 8(1), 67–79. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n1.2017.18462>
- Rossi, F. R., & Souza Filho, H. M. de. (2012). Os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários. *Anais XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*.
- Salgado, R. J. dos S. F., & Dias, M. M. (2013). Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 6(11), 65–91.
- Salgado, R. J. dos S. F., Dias, M. M., Silva, E. A., Santos, L. F. dos, & Cunha, W. A. da. (2015). Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): percepção dos atores envolvidos em sua operacionalização. *Anais 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 1–20.
- Santos, A. R. dos, Vieira, N. dos S., Ferreira, P. R., & Sant’Ana e Castro, T. T. (2012). Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. *Cadernos de Gestão Social*, 3(1), 9–24.
- Santos, L. de L., Ferreira, D. P., & Almeida, L. M. de M. C. (2016). Capital social e redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. *Revista Políticas Públicas*, 20(1), 253–272. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p253-272>
- Santos Neto, J. M., & Lima, C. M. D. de. (2016a). Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas. *Diversitas Journal*, 1(2), 127–139. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v1i2.471>
- Santos Neto, J. M., & Lima, C. M. D. de. (2016b). Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas. *Diversitas Journal*, 1(2), 127–139. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v1i2.471>
- Santos, S. R. Q., Soares, N. S., & Benavide, Z. A. C. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): O Caso dos Produtores de Ibicaraí-BA. *Revista de Estudos Sociais*, 17(33), 161–182. <https://doi.org/10.19093/res.v17i33.2119>
- Santos, S. R. Q., Soares, N. S., & Benavides, Z. A. C. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): o caso dos produtores de Ibicaraí-BA. *Revista de Estudos Sociais*, 17(33), 161–182. <https://doi.org/10.19093/RES.V17I33.2119>
- Schmitt, C. J., Medeiros, L. S. de, Leite, S. P., Grisa, C., Cintrão, R. A., & Zimmermann, S. A. (2013). O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In M. E. Del Grossi & D. R. Kroeff (Orgs.), *PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos* (p. 152–183). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Schmitz, H., Mota, D. M. da, & Sousa, G. M. (2016). O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. *Política & Sociedade*, 15, 80–103. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p80>

- Segurado, C. C., Viegas, G. L., Silva, G. C. de A. e., & Cruz, K. C. M. dos S. (2018). A priorização dos recursos orçamentários para a operacionalização da Modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Title: *Anais 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.
- Siliprandi, E., & Cintrão, R. (2011). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, 18(2), 12–32.
- Siliprandi, E., & Cintrão, R. (2018). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, 18(2), 13. <https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675>
- Silva, E. D. da, & Almeida, M. F. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 8(2), 1–6.
- Silva, F. C. da, Sant’Ana, A. L., Maia, A. H., & Gonzaga, D. de A. (2009). Programa de Aquisição de Alimentos e os agricultores assentados e reassentados do município de Pereira Barreto-SP. *Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 1–13.
- Silva, V. M. da, & Mattos, J. L. S. de. (2017). Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE. *EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF*, 5(2), 138–154.
- Silva, G. C. de A. e, Gomes, M. C. C., & Cruz, K. C. M. dos S. (2018). O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: uma análise da modalidade Compra com Doação Simultânea operacionalizada pela Conab em 2017. *Anais 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.
- Silva, P. S. G., Silva, M. R. F. da, Oliveira, F. S. S. de, & Gurgel, I. A. (2018). A agricultura familiar e sua inserção em mercados: a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios rurais do RN. *Anais 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 1–20.
- Silva, T. C., & Ferreira, P. R. (2016). O Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica dos atores sociais envolvidos. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33), 301–329. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/39683/o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-sob-a-otica-dos-atores-sociais-envolvidos>
- Silva, T. C., Ferreira, P. R., & Amodeo, N. B. P. (2014). A importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos estados de Minas Gerais e da Bahia: criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). *Mundo Agrário*, 15(29), 1–21. Recuperado de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942014000200008
- Soares, A., Barros, A. R., & Magalhães, A. M. (2007). Estudo sobre os beneficiários do PAA-Leite: produtores e consumidores. In R. Paes-Sous & J. Vaitsman (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 69–72). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Soares, A., & Magalhães, A. M. (2014). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Leite (PAA- Leite) e das Famílias dos Beneficiários Consumidores do Leite. In P. Jannuzzi & J. Quiroga (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 195–199). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Souza-Esquerdo, V. F. de, & Bergamasco, S. M. P. P. (2015). Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 205–222. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>
- Souza, A. F., & Loreto, M. das D. S. (2019). Representações sociais de lideranças institucionais sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. *Brazilian Journal of Development*, 5(7), 7808–7822. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-019>
- Sparovek, G., Plata, L. A. E., Maule, R. F., Maule, F. E., Klug, F. S. F., Klug, I. L. F., ... Martins, S. P. (2007). Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região Nordeste. In R. Paes-Sous & J. Vaitsman (Orgs.), *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* (p. 62–64). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Stamm, C., Schrippe, K. B., & Santos, M. S. dos. (2017). O desempenho dos agricultores familiares fornecedores de hortaliças do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Toledo/PR. *Anais 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*.

- Vieira, D. de F. A., & Del Grossi, M. E. (2010). Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 4(2), 21–48.
- Vinha, J. F. de S. C., & Schiavinatto, M. (2015). Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista NERA*, 18(26), 183–203. Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576>
- Vogt, Si. P. C., & Souza, R. S. de. (2009). Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. *Anais 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 1–20.